

**INDISSOCIABILIDADE UNIVERSITÁRIA VISTA PELOS DISCENTES DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA IES DO SUL DO PAÍS**

CRISTIAN MARCIANO KUSTER

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)

YURI SCHLEICH KLUG

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)

FLAVIA CZARNESKI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)

DÉBORA GOMES MACHADO

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

INDISSOCIABILIDADE UNIVERSITÁRIA VISTA PELOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA IES DO SUL DO PAÍS

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um entendimento e vivência universitária sob o tripé ensino-pesquisa-extensão, denominado de Indissociabilidade Universitária (MOITA E ANDRADE, 2009). A Constituição Federal de 1988 (CF88) estabelece, no seu Artigo 207, que as Universidades possuem “autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, bem como devem obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 1988). De acordo com Moita e Andrade (2009), equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal, sendo o assentamento da Universidade, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, entre as quais, como numa “Santíssima Trindade”, há igual importância e íntima unidade. Complementam os autores, nesta linha, que a Indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético (MOITA E ANDRADE, 2009).

Compreende-se, portanto, que a indissociabilidade representa um comando que deve ser vivenciado pelas Universidades, de forma a contribuir para diminuir as relações antagônicas da sociedade, possibilitando, assim, a construção de competências recíprocas, da constituição profissional, da mutação da universidade e da sociedade. O esforço em argumentar esta temática surgiu pela urgência de uma leitura científica acerca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, já que a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque a todos estes (SILVA, 2000).

Assim, se considerados apenas em relações binárias, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico, e por outro lado, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se corre-se o risco de perder a sociedade como destinatário final do saber científico (MOITA E ANDRADE, 2009).

Para César (2013), em um cenário recente e dinâmico, em que as organizações atuam em redes de inteligência buscando novos mercados e oportunidades, a gestão do conhecimento desempenha um papel fundamental para o fomento da informação e do conhecimento, favorecendo a sua própria gestão e as suas relações de integração, cooperação, compartilhamento e socialização, indispensáveis ao seu crescimento jurídico. Griffiths (2011) torna a concepção ainda mais farta, quando afirma que a gestão do conhecimento trata de coordenar o ambiente organizacional para desenvolver soluções baseada em valores que habilitam a aquisição, armazenagem, uso, partilha e criação de ativos de conhecimento organizacionais, que podem então ser aplicadas como estratégias para se atingir as necessidades de inovação da organização para permitir tomadas de decisão.

A temática da indissociabilidade tem perpassado vários fóruns de educação no país, tais como o Fórum Brasileiro de Graduação (ForGRAD), o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FORPROP), além do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX) numa tentativa de discutir e promover a integração e a vivência do princípio da indissociabilidade com vistas a uma formação universitária de qualidade (TAUCHEN E FAVERO, 2011).

Sobre o FORPROEX, foi atribuído em suas diretrizes que a Indissociabilidade Ensino-pesquisa-extensão é um dos cinco princípios básicos para a Extensão Universitária, e que

decorre de mudanças necessárias acerca da função da Universidade, de forma que não haja hierarquia entre os três calços do tripé da educação superior, já que na CF88 não existe tal hierarquia (GONÇALVES, 2015).

Portanto, devido à relevância imposta a este instituto educacional, surge a necessidade de verificar se este comando constitucional está presente na mentalidade dos discentes da graduação superior, assim como realizado por Braccini (2012), que percebeu a relação da Indissociabilidade na educação superior, mas a partir do olhar dos docentes. Assim, por outro ângulo, surge a curiosidade de verificar o olhar discente sobre a questão. Emerge, com isto, o seguinte problema de pesquisa: Qual o conhecimento dos discentes sobre a Indissociabilidade Universitária na Graduação?

O objeto da pesquisa é identificar a percepção dos discentes do Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES) localizada no sul do país acerca do instituto da Indissociabilidade Universitária, ou seja, ensino-pesquisa-extensão, bem como, como o Curso de Ciências Contábeis desta Universidade se situa quanto ao tema da Indissociabilidade Universitária. Para isso foi realizado uma pesquisa de levantamento, *survey*, por meio de um questionário *online*.

Para tanto, o artigo está organizado em cinco seções, iniciada com esta introdução. Em seguida, a revisão de literatura com os tópicos sobre Educação Superior e os Tipos de Entidades de Ensino Superior, Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, bem como os Procedimentos Metodológicos, Apresentação e Discussão dos Resultados e Considerações Finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação superior no Brasil e os tipos de entidades do ensino superior

A educação superior no Brasil possui um processo múltiplo e diversificado de instituições públicas e privadas, com os mais diversos tipos de cursos e programas, e nestes vários níveis de ensino, a partir da graduação até a pós-graduação *lato e stricto sensu*. Neste formato as instituições de ensino possuem maior autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida semelhante à Lei e seus estatutos. Entretanto, as universidades públicas federais ainda não gozam de autonomia financeira e de gestão de pessoal.

Segundo o Ministério de Educação (MEC), o número de matrículas em cursos de graduação vem crescendo em todos os anos a partir de 2005 (INEP, 2015). Na rede pública, o acréscimo no número de vagas nos últimos anos se deve, especialmente, ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Todavia, a rede particular é, atualmente, a que mais recebe alunos de graduação – em 2015, respondeu por 75% das matrículas em cursos de graduação (INEP, 2015). O incremento no número de matrículas na rede de ensino superior particular se deu especialmente pelo aparecimento e o acréscimo de programas de financiamento subsidiado e bolsas para alunos de baixo rendimento, em especial o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (Prouni) (INEP, 2015).

Para tanto, e exercer as suas funções, a tipologia das Instituições de Ensino Superior, no Brasil, foi redefinida pela Lei de Diretrizes e Base Nacional, Lei nº 9.394/96, que trouxe inovações no método de educação superior, especialmente quanto à natureza e sujeição administrativa. (BRASIL, 1996). No que concerne à natureza acadêmica, constata-se que ela foi definida por decretos complementares, tais como o Decreto nº 5.773/06. No nível das instituições, isto é, no projeto vertical, além das já existentes, foram criados mais dois tipos: a

universidade especializada e os centros universitários. No projeto horizontal, criaram-se tipos de cursos e programas, tais como os cursos sequenciais (no nível da graduação), os mestrados profissionais (no nível da pós-graduação) e a regulamentação da educação a distância (BRASIL, 1996). A Figura 1 demonstra os tipos de Instituições de Ensino Superior (IES) existentes.

Figura 1– As instituições de educação no Brasil



Fonte: LDBN, Lei nº 9.394/96.

Com isto verifica-se a tendência da educação superior, seja pública ou privada, de que seja responsável pela produção científica e acadêmica de uma nação, podendo modificar seu arranjo em nível global de um ingênuo assimilador de inovações estrangeiras para o pioneirismo. Na economia de negócios do século XXI, uma educação ampla e de tendência é exigência necessária (mas não suficiente) para uma nação ser competitivo. O estudo da educação brasileira, aqui focalizada no nível terciário, evidencia que os problemas estruturais a serem superados permeiam do exagerado, além do ingênuo e daprópria ausência de recursos. Sem ultrapassar esses desafios, o país se manterá pouco competitivo globalmente.

2.2 Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão

O termo indissociabilidade remete à ideia de algo que não existe sem a presença do outro, de modo que não há hierarquia entre seus integrantes. (GONÇALVES, 2015). Desta forma, a Indissociabilidade Universitária, que é a relação indissociável entre Ensino, Pesquisa e Extensão, pressupõe que não existe hierarquia, mas sim igualdade entre estes, de maneira que um não existe sem o outro, divergindo da coexistência (GONÇALVES, 2015).

Também, Santos (2005) destaca que só há Universidade quando há formação graduada e pós-graduada (ensino), pesquisa e extensão, sendo ofertados pela Instituição de Ensino Superior (IES). O autor expõe que isto determina inclusive a classificação conceitual dos tipos de IES que são Universidade, quando existe o tripé ensino, pesquisa e extensão; Centro Universitário, quando presentes apenas ensino e extensão, faltando a atividade da pesquisa; e Faculdade, quando está presente apenas o ensino (SANTOS, 2005). Deste modo, no cerne da nomenclatura das IES está a questão de estar presente ou não a Indissociabilidade.

Historicamente, a Universidade no Brasil revela que a indissociabilidade dessas atividades constitui-se tema de destaque desde a década de 1960, com a organização dos movimentos estudantis, passando pela reorganização dos movimentos sociais dos anos de 1970, consolidando-se como proposta na reforma da educação e parte do processo de redemocratização do país, nos anos de 1980. Nessa última década, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tornou-se bandeira de luta do movimento docente do ensino

superior, com apoio de estudantes e de setores progressistas da sociedade civil organizada, associando-se ao discurso em defesa da liberdade acadêmica e de autogestão (MACIEL, 2010).

O resultado dessa luta foi a inclusão da indissociabilidade no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, com os seguintes termos: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 1988).

Com isto, em tese, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, quando articulada, deveria conduzir a mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, colaborar efetivamente para a formação profissional de estudantes e professores e fortalecer os atos de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos.

Entretanto, segundo o FORPROEX (2012), a prática tem mostrado que, quanto mais qualificado estiver o docente, mais ele tende a se afastar do ensino, notadamente o de graduação, e da extensão para se dedicar à pesquisa e à orientação na pós-graduação. Por outro lado, os projetos de extensão em geral deveriam cada vez mais permanecer associados ao conteúdo das disciplinas e das atividades de ensino de graduação e de pós-graduação e ter mais participação de estudantes, técnicos e professores. A pesquisa, por sua vez, também se apresenta, regra geral, desvinculada, fragmentada e desarticulada do conjunto do ensino - da graduação, da pós-graduação e da extensão.

De acordo com Rays (2003), a pesquisa necessita, ao lado do ensino e da extensão constituir-se como uma atividade progressivamente constante nos meios acadêmicos, nas atividades de difusão de conhecimentos e de intervenção em problemas efetivos da sociedade. Além disto, segundo Ospina (1990) deve-se considerar o ensino-pesquisa-extensão como funções pelas quais a missão de uma universidade se concretiza, sendo esta missão a de transformar a sociedade através do conhecimento, entendemos a partir disso, que o ensino universitário engloba não só o conhecimento passado em sala de aula, mas também a pesquisa e a objetivação da pesquisa aplicada, por meio da extensão.

De modo semelhante, conforme Dias (2009), ao pensar a prática universitária sob a perspectiva da indissociabilidade da tríade: ensino, pesquisa e extensão, o mesmo aponta para que a formação e a prática docente concentrem-se na construção da imersão total da própria realidade, com base no diálogo constante entre teoria e prática.

Mas, de qualquer forma, para se ter uma aprendizagem coerente é imprescindível que se tenha professores titulados. A pesquisa se torna relevante para o desenvolvimento das ciências, mas o ensino não precisa da pesquisa básica para sobreviver. O mesmo não se pode mencionar da extensão, uma atividade primordial para os universitários poderem treinar e se capacitar, como também se articular com a comunidade. A vocação das instituições particulares de ensino superior, além da busca pela qualidade, está na extensão, e não na pesquisa.

2.3 Estudos anteriores

Devido à relevância do assunto buscou-se realizar um levantamento de estudos anteriores sobre o tema, foi realizada busca de documentos, com base em palavras chaves, em acervos digitais de trabalhos científicos, sendo as palavras chaves utilizadas Indissociabilidade, Ensino, Pesquisa e Extensão. Assim, foram pesquisados os documentos considerados relevantes para o estudo nos materiais disponíveis e principalmente nos portais do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Universidade de São Paulo (USP)

para o período compreendido entre 2008 a 2018 e os filtros aplicados foram: todos os idiomas, documentos teses, dissertações e artigos.

A escolha das fontes justifica-se devido ao IBICT coordenar a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD, 2018), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil; na CAPES que é a fundação do Ministério da Educação, que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação e seu portal de periódicos que foi criado com o intuito de facilitar o acesso à informação científica, proporcionarem acesso a conhecimento atualizado, democratizarem o acesso à informação e a inserção internacional do conhecimento científico; ainda, também se consultou a biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP, 2018) que disponibiliza na Internet o conhecimento produzido pelos trabalhos defendidos na Universidade, permitindo que as comunidades brasileira e internacional possam ter em mãos a versão digital completa de seus trabalhos. Os dados encontrados estão disponíveis na Tabela 1:

Tabela 1 – Resultado da Pesquisa Quantitativa

Local da Pesquisa	Quantidade	Tipo
BDTD	02	Dissertação
	01	Tese
CAPES	01	Artigo
USP	04	Tese
Totais	08	

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se na Tabela 1 que a maior concentração de documentos pertinentes aos assuntos encontra-se na USP seguida pela BDTD. Já no Quadro 1 apresentam-se alguns dos resultados obtido com os estudos anteriores bem como as características bibliométricas.

Quadro 1 – Resultado da pesquisa

Autores	Ano	Contribuição
PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macedo	2014	analisar de que maneira a UFPB - Campus IV - vem exercendo seu papel a partir da indissociabilidade de ensino-pesquisa-extensão para contribuir no desenvolvimento do Vale do Maranguape.
PEREIRA, Francinete Paula Alves	2015	desenvolver um processo de avaliação apreciativa do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito do Recife (NPJ/FDR), de modo a evidenciar "o que funciona bem", o que faz com que isso aconteça e as implicações dos resultados alcançados ao longo de sua atuação institucional.

RODRIGUES PAULO, Mônica de Azevedo	2015	propor e aplicar uma sequência didática que abordasse os seguintes temas: língua, gramáticas e normas linguísticas, a fim de contribuir com a realização de uma Educação Linguística eficaz.
PILLATT, Fábio Roberto; ZUCHI, Claudir Miguel; NEHRING, Cátia Maria; PANSERA, Maria Cristina	2016	analisar a compreensão de um grupo de professores que atuam na educação superior em relação à extensão e sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.
GUARIENTI, Marlene das Neves	2013	discutir a discursivização do conceito Turismo em currículos de graduação dessa área e o papel das referências na formação profissional considerando o trato do repertório de elementos e valores culturais no âmbito das práticas discursivas e formativas, inter-relacionando aspectos linguísticos e sociais para observar quais valores estão em jogo, admitindo que referenciação e formação são processos
OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de	2017	marcos normativos para a Educação em Prisões no Brasil e do estatuto da universidade brasileira, a presente pesquisa tem por objetivo investigar a responsabilidade da universidade pública em relação à implementação da educação nas prisões brasileiras como parte integrante da política pública de educação
PALÁCIO, Lilian Pereira	2015	mostrar a existência de um discurso, denominado, aqui, de discurso da reforma, que funciona de acordo com determinadas regularidades e cujos efeitos se mostram no processo de tensionamento que há entre os discursos pedagógico e científico, sendo que o primeiro se relacionaria mais diretamente à formação para atender ao mercado de trabalho, enquanto que o segundo estaria mais ligado à formação para a produção de conhecimentos científicos.
PINA-OLIVEIRA, Alfredo Almeida	2014	redução das lacunas entre a produção do conhecimento e sua aplicação em boas práticas profissionais e em políticas públicas que promovem melhorias na saúde e nas condições de vida da população.

Fonte: Dados da pesquisa

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, quanto aos seus objetivos, é classificada como descritiva, pois busca descrever a situação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade quanto ao tema da Indissociabilidade Universitária, de forma a agregar conhecimentos sobre o assunto. Segundo Andrade (2004), a pesquisa descritiva é aquela construída a partir de observações e levantamentos e se caracteriza por registrar, analisar e interpretar os eventos sem intervenção do pesquisador.

Em relação a estratégia de pesquisa classifica-se como um levantamento, que são utilizados quando o pesquisador busca responder a questões sobre como ocorre as características de pessoas ou grupos, da maneira como ocorrem na situação natural, por meio de uma amostra, também denominado de *sample survey* (MARTINS; THEÓPHILO, 2017). Para isso foi utilizado um questionário *online*, como instrumento de coleta de dados, de forma a possibilitar uma maior agilidade na coleta e compilação das informações, bem como facilitar a disponibilização e divulgação aos discentes.

O questionário foi construído obedecendo as recomendações de Lakatos e Marconi (1999), de que: (1) os temas escolhidos devem estar de acordo com os objetivos da pesquisa, (2) o questionário deve ser limitado em sua amplitude e em sua propósito, pois um questionário muito longo causa fadiga e indiferença e um questionário muito curto pode não oferecer informações suficientes, (3) as questões devem ser codificadas, a fim de auxiliar a posterior tabulação, (4) deve estar acompanhado de orientações a respeito de como respondê-lo, (5) o aparência e a estética devem ser observados.

Além disto, o embasamento teórico para elaboração das questões do questionário são os conhecimentos trazidos até então sobre a Indissociabilidade Universitária e sua hierarquização, tipos institucionais no ensino superior, ensino, pesquisa e extensão na opinião dos discentes, no âmbito geral e no âmbito do Curso de Ciências Contábeis, integrante a área das Ciências Sociais Aplicadas.

Foram propostas questões sobre os seguintes tópicos, de acordo com os expostos por Rays (2003), Santos (2005), Dias (2009), FORPROEX (2012), Pederneiras (2014), e Gonçalves (2015): 1. Perguntas sobre o perfil do respondente (3 perguntas); 2. Perguntas gerais sobre Indissociabilidade Universitária (7 questões); 3. Perguntas sobre a formação discente (3 questões); 4. Perguntas sobre a atividade da pesquisa pelo discente (8 questões); 5. Perguntas sobre a atividade da extensão pelo discente (6 questões); 6. Perguntas sobre a Indissociabilidade no aspecto social (3 questões) e; 7. Perguntas sobre a Indissociabilidade para o aprendizado da Contabilidade (5 questões) Além disto, foi proposto um espaço para comentários ou sugestões.

Deste modo, foram compostas 35 questões aplicadas aos discentes do curso de Ciências Contábeis da IES, matriculados no segundo semestre do ano de 2017. O questionário foi transcrito e aplicado através da ferramenta *Google Docs*[®], e enviado para todos os discentes matriculados no Curso no período que dispunham de *e-mail* no cadastro acadêmico.

A população da pesquisa consiste em 438 alunos do Curso de Ciências Contábeis matriculados no segundo semestre de 2017. Destes, 110 se dispuseram a responder o questionário. Não houve escolha de participantes por alguma característica específica, tendo havido a disponibilidade do questionário a alunos de qualquer semestre para participação.

Para a análise dos dados foram utilizadas as respostas obtidas através do questionário, representadas por figuras, confeccionados em planilha eletrônica, a fim de facilitar a visualização dos resultados, o tratamento e a análise dos dados.

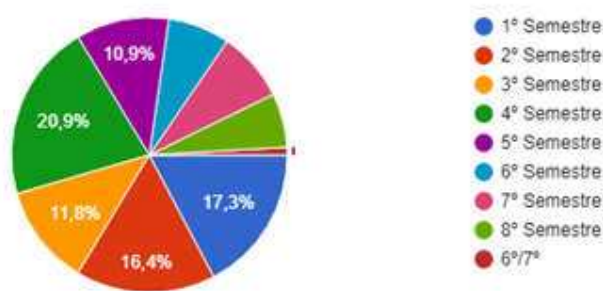
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa serão apresentados os resultados obtidos com as questões da pesquisa e a opinião dos respondentes. Com relação ao perfil dos alunos que responderam aos

questionamentos, no tocante ao gênero, 75 são do sexo feminino, enquanto 35 pertencem ao sexo masculino, sendo 68,2% e 31,8%, respectivamente. Verifica-se uma amostra que define uma considerável maioria de estudantes do sexo feminino matriculados do curso de Ciências Contábeis da IES.

A Figura 2 compreende o percentual de discentes respondentes e seus respectivos semestre da graduação.

Figura 2 – Discentes respondentes e seus respectivos semestres da graduação



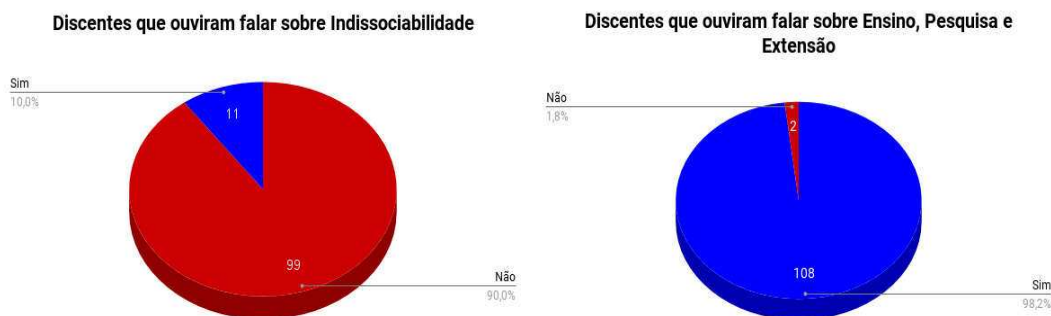
Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se verificar na Figura 2 que no tocante ao semestre em que estão matriculados no período do levantamento, 17,3% são do 1º semestre, 16,4% do 2º semestre, 11,8% do 3º semestre, 20,9% do 4º semestre, 10,9% do 5º semestre, 7,3% do 6º semestre, 8,2% do 7º semestre e 6,4% do 8º semestre, o que demonstra uma participação maior dos alunos da primeira metade do curso, que leva a uma tendência de que os pesquisados devem ter menos conhecimento sobre a Universidade e adjetivos.

4.1 O discente e a Indissociabilidade

Como pergunta inicial acerca do tema, foi questionado, intencionalmente, se os discentes já haviam ouvido falar sobre a Indissociabilidade Universitária, tendo 90% respondido que nunca ouviram falar do termo, enquanto 10% responderam positivamente. Isto demonstra um desconhecimento dos estudantes sobre o termo, mas não necessariamente sobre o tema em si, já que, quando questionados se já ouviram falar sobre ensino, pesquisa e extensão, 98,2% afirmaram já ter ouvido falar sobre isto, ao contrário dos 1,8% que responderam negativamente. A Figura 3 compreende os dois gráficos obtidos a partir das respostas e coloca-os lado a lado para comparação.

Figura 3 – Comparação entre as respostas dos discentes sobre o tema



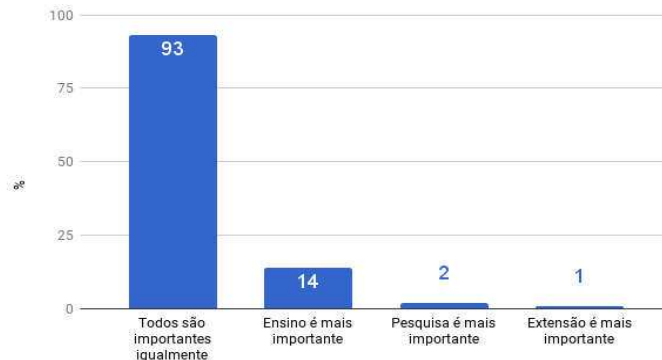
Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se visualizar na Figura 3 que ocorre uma dicotomia entre os resultados encontrados, relacionada com a falta de familiaridade dos alunos com a questão da Indissociabilidade e o que isto significa no âmbito universitário, baseado nesta nomenclatura específica. Apesar dos discentes terem conhecimento do tema através dos termos ‘ensino, pesquisa e extensão’, ao serem questionados de outra forma, afirmam desconhecimento. Isto se verifica mesmo nos semestres finais do Curso, o que demonstra que não é trazido este assunto de forma conceitual para os estudantes ao longo de toda graduação. Ainda, tem-se que 72,7% dos respondentes declaram que sabem a diferença entre ‘ensino, pesquisa e extensão’, já 27,3% respondem que não a identificam. Portanto, mesmo que tenham ouvido falar de ensino, pesquisa e extensão, mais de um quarto da amostra afirmam que não conhecem a diferença entre eles e ocorre uma confusão entre as palavras.

A seguir, com relação a hierarquia entre ‘ensino, pesquisa e extensão’, 53,6% responderam que existe hierarquia, em oposição aos 46,4% que entendem que não existe hierarquia. Ou seja, a maioria da amostra considera que o tripé da universidade não deve funcionar de maneira isonômica. Isto vai de encontro ao exposto anteriormente, de que a noção de Indissociabilidade estabelece que as três abordagens universitárias devem ser tratadas em nível de igualdade, sem hierarquia, onde um não existe sem a presença do outro.

Contudo, pode-se verificar uma distorção no resultado quando os discentes são questionados de como classificam ‘ensino, pesquisa e extensão’, onde, apesar de 84,5% afirmarem que todos são importantes igualmente, 12,8% entendem que o ensino é mais importante, 1,8% que a pesquisa é mais importante e 0,9% que a extensão é mais importante, conforme demonstrado na Figura 4.

Figura 4 – Gráfico de classificação entre Ensino, Pesquisa e Extensão



Fonte: Dados da pesquisa

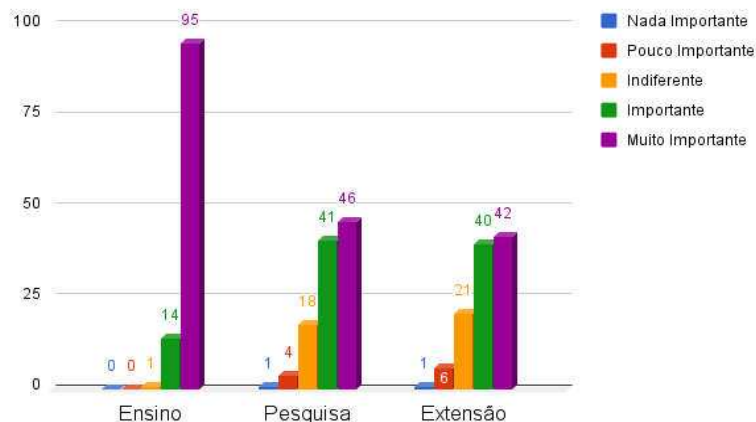
Com base na visualização da Figura 4, entende-se que um percentual de 38,18% dos estudantes da amostra (42 alunos) que responderam de forma divergente, de maneira que, ou entendem que não há hierarquia, mas algum dos aspectos é mais importante, ou que há hierarquia, mas que todos são importantes igualmente. Estes resultados mostram que há uma confusão do estudante quanto ao seu pensamento sobre a Indissociabilidade, e a Universidade e os professores devem ver isto como um alerta.

Neste contexto, ainda, 52,7% dos participantes responderam que sabem a diferença entre Faculdade, Centro Universitário e Universidade, sendo que os restantes 47,3% afirmam não saber. Entretanto, a maioria de 92,7% classifica a Instituição em que estão matriculados como Universidade, enquanto 5,5% a classificam como Faculdade e 1,8% classificam como Centro Universitário. Com base na classificação literária, a IES é uma Universidade, já que tem como prerrogativas o trabalho do ‘ensino, pesquisa e extensão’. Com isto, apesar de um valor expressivo afirmar desconhecimento sobre as diferenças terminológicas, a grande

maioria compactua com a literatura, que pode ser pela notoriedade atribuída ao nome da IES em estudo.

Em seguida, foi questionado a opinião dos discentes quanto a importância do ‘ensino, pesquisa e extensão’ na sua formação particular como bacharéis em Ciências Contábeis, conforme Figura 5.

Figura 5 – Opinião dos discentes quanto ao EPE na sua formação



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da Figura 5 verifica-se que o ensino é considerado muito importante para a formação de 86,4% dos estudantes, enquanto que a pesquisa e extensão obtém esta mesma classificação para 41,8% e 38,2%, respectivamente. Isto demonstra que os participantes da amostra não percebem que ‘ensino, pesquisa e extensão’ possuem a mesma importância para a sua formação profissional, estando em primeiro ponto o ensino, em segundo a pesquisa e, por último, a extensão. Entretanto, 76,81% dos questionados atribuem grau de importância para pesquisa e extensão na sua formação. Em contraponto, quanto a isto, 17,72% se posicionaram indiferentes, 4,54% entendem como sendo pouco importante e 0,9% como sendo nada importante a pesquisa e extensão na sua formação. Nenhum participante entende que o ensino é nada importante ou pouco importante.

4.2 O discente e a pesquisa

Foi questionado na pesquisa se os discentes já haviam tido envolvimento em alguma atividade de pesquisa, tendo 34,5% afirmado que sim e 65,5% que não. Daqueles que responderam positivamente, 22,5% se encontram engajados a projetos de pesquisa no período do levantamento, 12,5% estiveram a menos de 6 meses, 10% entre 6 meses e 1 ano, 22,5% entre 1 ano e 2 anos e 32,5% estiveram a mais de 2 anos do período de levantamento. Isto denota pouco envolvimento dos estudantes na pesquisa, pois significa que apenas 7,76% de todos os respondentes se encontram engajados em atividade de pesquisa atualmente, que corrobora com os resultados já apresentados de que a pesquisa é, com base da amostra, considerada menos importante que o ensino.

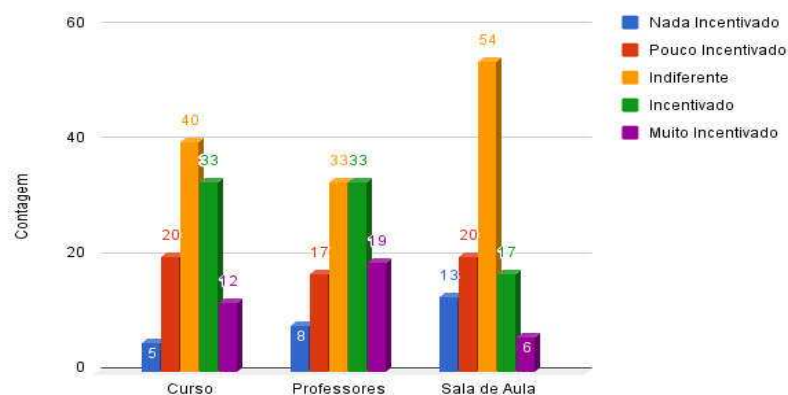
Quando questionados sobre a divulgação dos projetos de pesquisa e de extensão do Curso e da Instituição, somente 31,8% estabelecem algum grau de divulgação aos projetos, sendo que 5,5% consideram que não existe divulgação, 28,2% que há pouca divulgação e 34,5% como indiferente. Aliado ao dado de que 67,3% dos respondentes afirmaram que não conhecem nenhum projeto de pesquisa do Curso ou da Instituição, isto mostra que a

Universidade e o Curso devem estar mais atentos a essa questão da oportunidade e divulgação dos projetos de pesquisa ao discente.

Ademais, 82,7% admitem que nunca apresentaram trabalho em algum evento científico. Por isso, com base no dado de que 17,3% dos respondentes já apresentaram trabalho em evento científico, em comparação com o valor anterior dos estudantes que já estiveram envolvidos na Pesquisa (34,5%), denota-se que 50% destes tiveram chance de apresentar o trabalho desenvolvido em evento científico, enquanto o restante participou da Pesquisa, mas não teve a experiência de mostrar o seu estudo para a comunidade acadêmica.

A Figura 6 estabelece a relação de incentivo que é fornecido aos discentes pelo Curso, Professores e Sala de Aula.

Figura 6 – Relação de Incentivos a Pesquisa



Fonte: Dados primários

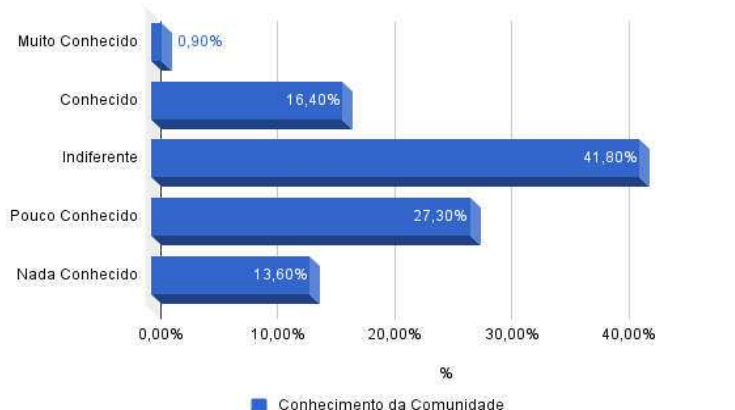
A partir da Figura 6 se observa que a maioria dos respondentes é indiferente com relação ao incentivo fornecido a pesquisa pelo Curso, professores e sala de aula. Entretanto, 36,36% consideram que a pesquisa é incentivada ou muito incentivada nos três aspectos, um valor maior que os 25,15% que atribuem que o incentivo é pouco ou nenhum. Contudo, de mesmo modo, deve ser preocupação do Curso e dos professores em proporcionar um maior incentivo a pesquisa, tanto dentro quanto fora da sala de aula, sendo um ponto de atenção por parte destes.

4.3 O discente e a extensão

No âmbito da extensão, 74,5% dos sujeitos afirmam que nunca estiveram envolvidos em atividades de extensão, e quanto aos restantes, 31% se encontram engajados no período da pesquisa, 10,3% estavam a menos de seis meses, 17,2% estavam entre 6 meses e 1 ano, 13,8% entre 1 ano e 2 anos e 27,6% exerceram atividades de extensão a mais de 2 anos do período da pesquisa. Isto demonstra, assim como na pesquisa, que há pouca presença discente em atividades de extensão, que devem servir como ligação entre a universidade e a sociedade, especialmente no âmbito da comunidade local em que está inserida.

Além disto, foi perguntado se, no ambiente da sala de aula, as atividades de extensão são articuladas com os conteúdos ministrados, onde 72,7% responderam que não, enquanto 27,3% entendem que sim. Ou seja, a maioria entende que no ambiente da sala de aula não é utilizada a Extensão como forma de contribuição no aprendizado discente, de forma a melhor absorver o conteúdo ministrado, que serve, igualmente, para a integração com a comunidade. Quanto a isto, a Figura 7 demonstra a opinião dos respondentes quanto ao conhecimento da comunidade local das atividades de Extensão desenvolvidas pela Universidade:

Figura 7 – Conhecimento das Atividades de Extensão pela Comunidade



Fonte: Dados da pesquisa.

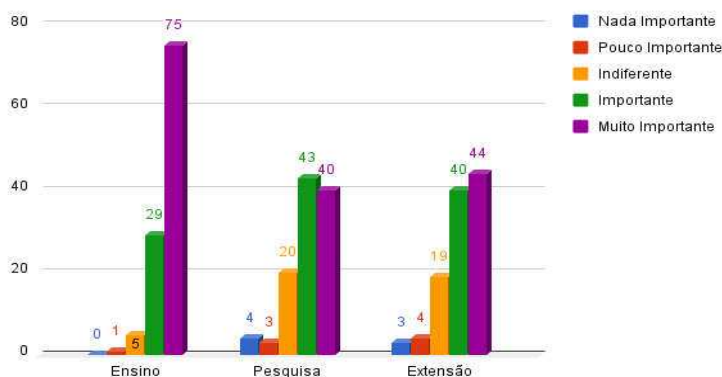
Observa-se na Figura 7 que 41,8% dos respondentes entendem que a comunidade é indiferente quanto ao conhecimento das atividades de extensão que são promovidas pela Instituição, 27,3% entendem que estes são poucos conhecidos e 13,6% afirmam que não são nada conhecidos. Isto representa que há uma fragilidade no recebimento da divulgação das atividades de extensão por parte da comunidade, que passa a não usufruir disto.

Com base nestes resultados, existem deficiências na promoção de atividades de extensão aos alunos, na articulação das atividades de extensão com os conteúdos ministrados, bem como pouco conhecimento da comunidade local das atividades que existem. Desta forma, deve ser verificado pelo Curso e professores a possibilidade de melhoria nestes aspectos, que podem ser simultaneamente atacados se a extensão fosse intrínseca ao exercício pedagógico do trabalho universitário, como uma exigência ao processo de formação do profissional (SEVERINO, 2002), como exposto anteriormente, e não somente como uma atividade complementar não obrigatória. Soma-se a isto a função social da Universidade, caracterizado pela Indissociabilidade, que tem na intervenção e no desenvolvimento social como objetivo primordial.

4.4 A Indissociabilidade para a sociedade e para o aprendizado contábil

Os participantes do levantamento foram questionados como consideram o Ensino, Pesquisa e Extensão para com a sociedade, tendo os resultados demonstrados na Figura 8.

Figura 8 – Importância do Ensino, Pesquisa e Extensão para a Sociedade



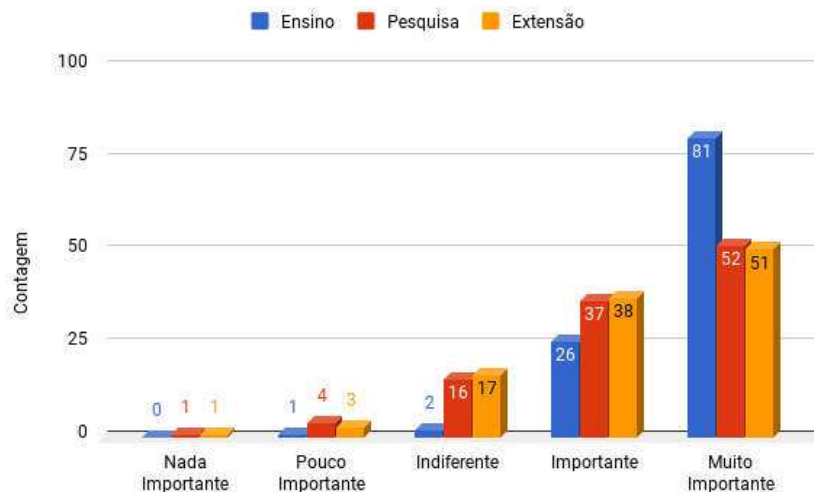
Fonte: Dados primários

Os resultados da Figura 8 denotam que os pesquisados entendem que há, para a sociedade, um grau maior de importância na atividade de ensino do que nas demais. Isto vai de encontro com o entendimento doutrinário de que todas devem ser indissociáveis, sendo importantes igualmente, mas vai ao encontro dos resultados encontrados quanto à opinião já verificada acerca da importância para a formação individual, com resultados semelhantes.

Alerta-se ao fato de que, apesar de poucos, alguns estudantes da amostra entendem que Ensino, Pesquisa e Extensão possuem pouca ou nenhuma importância para a Sociedade. Como já exposto, a Universidade existe para a Sociedade, visando sempre o bem-estar social, e sem ela, não há razão para a sua existência. Deve a Instituição estar atenta a isto, de modo a encontrar maneiras de conscientizar a totalidade dos estudantes, por ser algo primordial, da importância do Ensino Superior Universitário para a Sociedade.

Ainda, foi verificado com os discentes como classificam Ensino, Pesquisa e Extensão para o aprendizado da contabilidade, com resultados constantes na Figura 9.

Figura 9 – Ensino, Pesquisa e Extensão para o Aprendizado Contábil



Fonte: Dados da pesquisa.

De mesmo modo, visualiza-se uma maior importância dada ao ensino para a aprendizagem do ensino contábil, do que a pesquisa e extensão, que são tratadas com grau de igualdade, com base nos valores coletados. Contudo, uma parcela de 19,09% entende que as atividades de pesquisa e extensão não são importantes para o aprendizado da contabilidade, o que pode indicar que essa parcela acredita que pesquisa e extensão não serão muito úteis para a atuação do profissional contábil, conseqüentemente.

Observou-se, no geral, que os acadêmicos possuem uma visão muito limitada do que é viver universidade e sobre os inúmeros caminhos experienciais que ela pode nos proporcionar, assim como visualizado por Nascimento (2017). Também, grande parte dos acadêmicos não possuem a mínima informação sobre os alicerces que regem uma universidade, ao que afirmaram não terem conhecimentos relacionado ao tripé, acreditando que suas atividades de ensino, pesquisa e extensão são princípios totalmente diferentes e distantes, vivenciado cada qual em seu eixo particular, indo de encontro ao proposto por Gonçalves (2015) e Santos (2005). Ainda, segundo SANTOS (2012), pode ser considerando como um dos maiores entraves para a real concretização da Indissociabilidade, a visão dicotômica dos processos envolvidos pela qual fazem com que se convertam em atividades

em si mesmas, dotadas, inclusive, de distintos status acadêmicos, ou seja, a organização destes processos como conexos, fundamentais no processo didático-metodológico, ainda haverá um longo caminho a ser percorrido, para a efetivação das transformações previstas neste nível educacional.

Deve-se verificar ainda, que não se vislumbra pelos dados, o proposto por Rays (2003), de que a pesquisa necessita, ao lado do ensino e da extensão, constituir-se como uma atividade progressivamente constante na atividade acadêmica, exercitando as atividades de difusão de conhecimentos e de intervenção em problemas efetivos da sociedade. Ainda, ainda faltam atitudes para proporcionar que o ensino-pesquisa-extensão sejam realmente funções pelas quais a missão de uma universidade se concretiza, conforme exposto por Dias (2009) e Ospina (1990).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado mostra que há deficiências na aplicação integral dos pressupostos deduzidos da Indissociabilidade Universitária. Visualiza-se incerteza do discente quanto aos conceitos da Indissociabilidade, falta de incentivo e divulgação dos projetos de pesquisa e de extensão da Instituição e do Curso, além da realização discente da não existência de hierarquia entre ensino, pesquisa e extensão.

Foi vislumbrado também uma escassez de divulgação e oportunidade de aproveitamento do ambiente universitário para a sociedade, especialmente à comunidade local, algo presente no dia-a-dia do profissional contábil. Diante de diferentes ambientes organizacionais de construção dessa competência, as Universidades brasileiras ocupam um local de vantagem, a fim de congregarem e disseminarem as competências culturais, científicas e técnicas para a sociedade através do princípio básico da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Deste modo, a materialização da trilogia abordada demanda a existência de projetos institucionais que possam orientar as diretrizes educacionais, como projetos coletivos de tarefa associados às ações acadêmicas e administrativas e práticas que possam abranger toda a tarefa que serão sucedidas pela universidade. Portanto, segundo Moita e Andrade (2009, p. 272), “não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino”. E para que haja a indissociabilidade nas atividades desenvolvidas na graduação, é importante que, independente da origem da ação, os resultados visem sempre ao desenvolvimento da tridimensionalidade do fazer universitário.

Perante esta significação de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve se materializar, a construção da influência da gestão das competências se encontra no fato de diversos setores acadêmico e administrativo compreenderem a necessidade precípua desses ativos incorporados às universidades, uma vez que este se apresenta como o pilar fundamental da competitividade sustentável.

Em arrolamento ao problema da pesquisa, pode-se reconhecer a necessidade de iniciativas que reúnam à extensão e à pesquisa como um elo aos acadêmicos e a premissa de integração entre extensão e ensino, ao oposto, com um metódico arranjo que possibilita a atividade fim.

Logo, ações de extensão-pesquisa-ensino são alicerces fundamentais para o desenvolvimento institucional, pois todas oportunizam à sociedade acadêmica a ampliação e o aperfeiçoamento de seus conhecimentos, além de fomentar benefícios à sociedade. Provoca-se a possibilidade de trazer ao instante atual das universidades brasileiras, o entendimento universitário, como uma oportunidade de entender a real interpretação da materialização da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

Por conseguinte, convém replicar a pesquisa em outros cursos da Instituição ou em outros ambientes universitários, já que, uma limitação deste estudo, é que os dados podem ser considerados restritos e o levantamento em outros locais podem trazer divergências dos apresentados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.M. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRACCINI, M. L. *A Relação entre a Pesquisa e o Ensino na Educação Superior: a qualidade do ensino de graduação a partir do olhar dos docentes não pesquisadores*. Diálogo, Canos. N. 20. P. 129-143. Jan-jun, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto 9235 de 15 de dezembro de 2017*. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107>. Acesso em 22 Maio 2018.

BRASIL. *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Dispõe Lei das diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 23 Maio 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em 22 Maio 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Periódicos CAPES*. 2018. Disponível em <<http://www-periodicos-capes-gov-br.ez40.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em 06 junho 2018.

DIAS, A. M. I. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009.

FORPROEX. *Fórum De Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7)

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015.

GRIFFITH, B. C. Key papers in information science. New York: Knowledge Industu Publ. 1980. In: CAPURRO, R. *Epistemologia e ciência da informação*, 2003. Disponível em http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em 22 Maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIENCIA E TECNOLOGIA. *Biblioteca de teses e dissertações*. 2018. Disponível em <<http://btdt.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 03 jun 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/artigo/>-

/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-disponibiliza-indicadores-de-fluxo-da-educacao-superior-atualizados-ate-2015/21206>. Acesso em 22 Maio 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MACIEL, A. *O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um balanço do período 1988 – 2008*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2010.

MOITA, F.; ANDRADE, F. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-280, Ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Maio 2018.

NASCIMENTO, M. J. S. Vivência universitária sob o tripé ensino-pesquisa-extensão entre acadêmicos do curso de engenharia de produção agroindustrial. In: SEMIEDU, 25, 2017, Mato Grosso. *Anais...* Mato Grosso: UFMT, 2017.

OSPINA, G. L. Definição de uma agenda para o ensino superior nos anos 90. In: Crub. *Universidade, Estado e sociedade na década de 90*. Brasília, 1990.

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. *Revista do Centro de Educação: Cadernos*: edição: 2003 – Nº 21.

SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, P. M. *Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: Um debate necessário*. Revista Conexão UEPG, v.6, Secal-Paraná, 2012.

SEVERINO, A. J. *Educação e Universidade: conhecimento e construção da cidadania*. Interface, Botucatu, SP, v. 6, n. 10, p. 117-24, fev. 2002.

SILVA, M. G. *Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária?* In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2000.

TAUCHEN, G; FÁVERO, A. O Princípio da Indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação. *Linhas Críticas, Brasília*, DF, v. 17, n. 33, p. 403-419, maio/ago. 2011.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Banco de teses e dissertações*. 2018. Disponível em <http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=18&Itemid=85&lang=pt-br>. Acesso em 01 junho 2018.